



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141350 - PR (2021/0009729-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : A G DE F P
RECORRENTE : O Z DE M F
RECORRENTE : P B J
ADVOGADOS : MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES - SP107425
LEONARDO AUGUSTO MARINHO MARQUES - MG074495
DÉBORA POETA WEYH - RS062866
EDUARDO SANZ DE OLIVEIRA E SILVA - PR038716
LUIZ HENRIQUE MERLIN - PR044141
CAROLINE BRAUN - SP246645
THIAGO TIBINKA NEUWERT - PR061638
RODRIGO JACOB CAVAGNARI - PR090081
ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - DF001465
LUCIANO FELDENS - DF043286
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : OTTO GARRIDO SPARENBERG
CORRÉU : VALDIR LIMA CARREIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A G DE F P, O Z DE M F e P B J contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5052076-63.2020.4.04.0000/PR).

Os recorrentes foram condenados no âmbito da Operação Lava Jato, nos seguintes termos:

a) O Z DE M F às penas de 23 anos e 3 meses, sendo 17 anos e 9 meses de reclusão e 5 anos e 6 meses de detenção, no regime inicial fechado, e de multa no valor de R\$ 28.000.000,00 mais 221 dias-multa, como incurso nos arts. 4º, I, a, e II, a, da Lei n. 8.137/1990, 90 da Lei n. 8.666/1993, 1º, V, da Lei n. 9.613/1998, e 333 e 288, ambos do Código Penal.

b) P B J às penas de 10 anos e 9 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 226 dias-multa, pela prática dos delitos de corrupção ativa e de lavagem de dinheiro; e

c) A G DE F P às penas de 10 anos e 9 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 226 dias-multa, como incurso nos arts. 333, parágrafo único, do Código Penal, e 1º, *caput*, da Lei 9.613/1998.

Os recorrentes sustentam que tanto a denúncia quanto a sentença condenatória teriam relacionado expressamente as doações eleitorais ao objeto da acusação.

Aduzem que no julgamento da Pet n. 8134 AgR/DF, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que as imputações de corrupção e lavagem de dinheiro, quando praticadas por meio de doações eleitorais oficiais, possuem inequívoca conotação eleitoral, competindo à Justiça Eleitoral conhecer e processar a

ação penal, exatamente como na espécie.

Alegam que o caso dos autos seria idêntico ao que foi decidido pelo Pretório Excelso, referindo-se aos mesmos fatos e agentes, não sendo possível a adoção de soluções distintas.

Argumentam que se estaria diante de incompetência absoluta, dispensando-se a oposição de exceção de incompetência.

Destacam que no acórdão paradigma da Suprema Corte, a competência absoluta da Justiça Federal foi reconhecida em agravo regimental após o recebimento da denúncia.

Afirmam que se estaria diante de ilegalidade manifesta, que não demandaria o exame de provas.

Consideram que o *habeas corpus* constituiria o meio processual adequado para a insurgência contra o ato apontado como coator.

Ponderam que o princípio da unirrecorribilidade não limitaria a impetração do remédio constitucional para questionar a ilegalidade em questão.

Requerem, liminarmente, a suspensão do curso do processo. No mérito, pugnam pelo provimento da insurgência para que o processo seja anulado desde o início ante a incompetência da Justiça Comum, remetendo-se os autos à Justiça Eleitoral.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. Eis a decisão proferida pela Corte de origem, da qual não se observa teratologia ou ilegalidade (fls. 575-577):

2. Com efeito, não se desconhece que a jurisprudência deste Tribunal tem admitido a utilização do remédio heróico para discussão de temas relacionados a incompetência do juízo.

Contudo, como indicado na decisão ora recorrida, isso somente é possível em situações excepcionais, quando houver flagrante ilegalidade e no momento oportuno, após o manejo do meio processual adequado, a exceção de incompetência criminal.

Não há faculdade irrestrita para que escolha o meio de impugnação preferido ou mesmo o momento em que isso deverá ocorrer, sob pena de minimizar-se ou mesmo colocar-se em segundo plano a disciplina inserta no Código de Processo Penal.

Nessa linha, vale repetir que a tese de que o feito seria da competência da Justiça Eleitoral de novidade nada tem. Apesar disso, preferiu abrir a discussão somente após a prolação da sentença condenatória em sede de embargos de declaração.

Ação Penal n.º 5046120-57.2016.4.04.7000 foi instaurada em 12/09/2016 e a tese firmada no INQ n.º 4.435-4.345-AgR data de 15/03/2020.

Da mesma forma, a PET n.º 8.134-AgR foi julgada em 26/05/2020. Ambas as decisões da Corte Constitucional, anteriormente, portanto, às alegações finais.

Nada obstante, a defesa permaneceu silente, invocando a matéria somente em sede de embargos de declaração. Chama a atenção, aliás, que nem mesmo em sede de alegações finais houve qualquer insurgência quanto a incompetência do juízo sob a

ótica trazida no presente *habeas corpus*.

A exemplo, no que diz respeito a OTHON ZANOIDE, houve alegação de que o feito não deveria ter sido distribuído por prevenção no bolo da colaboração premiada de Alberto Youssef e do caso Banestado (evento 597;

item II.1). Nada além disso. Relativamente a ANDRÉ GUSTAVO DE FARIAS PEREIRA e a PETRÔNIO BRAZ, nem mesmo a competência por prevenção foi questionada.

Chama a atenção, aliás, que em suas alegações finais a defesa de ANDRÉ GUSTAVO DE FARIAS PEREIRA alega a existência de erro material por parte do Ministério Público Federal no que diz respeito ao *"delito de lavagem de dinheiro por doações eleitorais"*, sustentando o *"erro material porque o fato descrito na denúncia (Fato 07) não se imputa qualquer contribuição de ANDRÉ GUSTAVO DE FARIAS PEREIRA. Importante observar que em relação ao fato 07 a imputação recai exclusivamente sobre ILDEFONSO COLARES e OTHON ZANOIDE DE MORAIS FILHO"*.

Esse breve exame já indica que o caso conclama exame mais aprofundado, o que não é possível em sede de habeas corpus, sobretudo para confrontar provimento judicial que é fruto de cognição exauriente.

Não se cuida, aqui, de conceder a ordem de *habeas corpus* de ofício, mas sim de, se for o caso, acolher a alegação de incompetência do juízo, anulando a sentença e determinando a remessa do feito ao juízo eventualmente competente. Esse é a essência, como se disse, da Súmula n.º 124 deste Tribunal Regional Federal, no sentido de que *"o habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, salvo em casos de flagrante ilegalidade"*.

E nessa perspectiva, ainda que fosse razoável o fundamento da defesa no sentido de que inexistente delimitação de matérias para a fase preliminar da apelação, não é possível que o juízo de segundo grau interfira no processo, prematuramente e por instrumento processual inapto para tal mister, para examinar matéria típica de apelação criminal.

Ressalte-se que:

[...] Considerando que as instâncias ordinárias não reconheceram, a partir do conjunto dos fatos delineados na exordial, a existência de crime eleitoral no presente caso, tampouco a Defesa demonstrou, de maneira inequívoca, que as condutas apuradas se subsumem a algum tipo penal eleitoral, tem-se que o reconhecimento de eventual competência da Justiça Eleitoral para o presente efeito demandaria inevitável alargamento da moldura fática delineada no acórdão

impugnado, para averiguar possível cenário de prática de crimes eleitorais, procedimento a toda evidência incompatível com a sumariedade e a estreiteza próprias ao âmbito de cognição do habeas corpus, que não admite revolvimento de fatos e provas. (AgRg no RHC 122.155/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2020, DJe 15/09/2020)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência